



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2025

Município de Alto Alegre/RS

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Obras do Interior

Secretaria Municipal de Obras Urbanas

Secretaria Municipal de Saúde

Necessidade das Secretarias: Contratação de empresa para aquisição de óleo lubrificante.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A presente contratação se justifica tendo em vista a necessidade de manutenção, pois o óleo é essencial para o bom funcionamento de um carro porque lubrifica as peças móveis do motor, reduzindo o atrito e o desgaste, além de ajudar a dissipar o calor e manter a temperatura ideal dos veículos que compõem a frota municipal a fim de preservar o bem público.

1.2. Quadro geral de quantidades:

Item	Descrição/Produto	Unidade de medida	Quant. mínima	Quant. máxima	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
1	ÓLEO 15W 40 (BALDE DE 20L) MULTIVISCOSO OU ALTA PERFORMANCE	BALDE	25	50	485,86	24.293,00
2	ÓLEO HIDRÁULICO 68 (BALDE DE 20L) ALTA PRESSÃO OU MÉDIA PRESSÃO	BALDE	40	80	527,16	42.172,80
3	ÓLEO 15W40 (BALDE DE 20L) T5 OU EXTRA TURBO	BALDE	40	80	502,98	40.238,40
4	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 90 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	20	40	584,12	23.364,80
5	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 140 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	20	40	570,35	22.814,00
6	GRAXA ALTA TEMPERATURA (BALDE DE 20 L) NA COR AMARELA	BALDE	10	20	744,17	14.883,40
7	ÓLEO W 10 (BALDE DE 20 L) PARA ALTA TEMPERATURA	BALDE	22	45	712,24	32.050,80
8	ÓLEO 10 W 40 SINTÉTICO (BALDE DE 20 L) DIESEL	BALDE	15	30	517,58	15.527,40
9	ÓLEO 15 W 40 SEMISSINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L) GASOLINA	LITRO	25	50	49,67	2.483,50
10	ÓLEO 90 (BALDE DE 20 L) GL5	BALDE	20	40	558,05	22.322,00
11	ÓLEO 85 W 140 (BALDE DE 20 L) ALTA TEMPERATURA	BALDE	20	40	475,60	19.024,00
12	ÓLEO 85 W 140 (EMBALAGEM DE 1 L) ALTA TEMPERATURA	LITRO	30	60	40,48	2.428,80
13	ÓLEO 10 W 30 (BALDE 20 L) PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO, HIDRÁULICO	BALDE	20	40	588,00	23.520,00
14	ÓLEO 20 W 30 (BALDE DE 20 L) PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO, HIDRÁULICA	BALDE	15	30	541,75	16.252,50
15	ÓLEO 5 W 30 SINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L) PARA AUTOMÓVEL	LITRO	150	300	38,58	11.574,00
16	ÓLEO 5 W 30 DIESEL SINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L)	LITRO	100	200	47,80	9.560,00

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

17	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO PARA ÓLEO DIESEL ARLA 32-NOX (BALDE 20 L)	BALDE	25	50	116,66	5.833,00
18	SAE 20W 40 (EMBALAGEM DE 1 L)	LITRO	20	40	51,86	2.074,40
19	ATF (BALDE DE 20L)	BALDE	10	20	551,39	11.027,80
20	ÓLEO HIDRÁULICO 46 (BALDE DE 20L) ALTA PRESSÃO OU MÉDIA PRESSÃO	BALDE	32	64	580,50	37.152,00
21	ÓLEO 80W90GL-4 BALDE DE 20L	BALDE	2	7	519,50	3.363,50

Valor total: R\$ 382.233,10

1.3. Quantitativos do objeto da presente contratação por secretaria:**Secretaria Municipal de Administração:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA
1	Óleo 5w 30 sintético (embalagem de 1L) para automóvel	Litros	15	30

Secretaria Municipal de Assistência Social:

ITEM	OBJETO	CONSUMO MÍNIMO	CONSUMO MÁXIMO
1	Óleo 5w30 sintético (embalagem de 1L)	15	30

Secretaria Municipal de Agricultura:

Item	Descrição/Produto	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	ÓLEO 15W 40 (BALDE DE 20L) MULTIVISCOSO OU ALTA PERFORMANCE	BALDE	3	6
2	ÓLEO HIDRÁULICO 68 (BALDE DE 20L) ALTA PRESSÃO OU MÉDIA PRESSÃO	BALDE	20	40
3	ÓLEO 15W40 (BALDE DE 20L) T5 OU EXTRA TURBO	BALDE	15	30
4	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 90 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	5	10
5	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 140 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	6	12
6	GRAXA ALTA TEMPERATURA (BALDE DE 20 L) NA COR AMARELA	BALDE	5	10
7	ÓLEO W 10 (BALDE DE 20 L) PARA ALTA TEMPERATURA	BALDE	12	24
8	ÓLEO 10 W 40 SINTÉTICO (BALDE DE 20 L) DIESEL	BALDE	2	4
9	ÓLEO 90 (BALDE DE 20 L) GL5	BALDE	15	30
10	ÓLEO 85 W 140 (BALDE DE 20 L) ALTA TEMPERATURA	BALDE	5	10
11	ÓLEO 85 W 140 (EMBALAGEM DE 1 L) ALTA TEMPERATURA	LITRO	5	10
12	ÓLEO 10 W 30 (BALDE 20 L) PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO, HIDRÁULICO	BALDE	5	10
13	ÓLEO 20 W 30 (BALDE DE 20 L) PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO, HIDRÁULICA	BALDE	2	4
14	ÓLEO 5 W 30 SINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L) PARA AUTOMÓVEL	LITRO	20	40

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

15	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO PARA ÓLEO DIESEL ARLA 32-NOX (BALDE 20 L)	BALDE	2	4
16	ATF (BALDE DE 20L)	BALDE	3	6
17	ÓLEO HIDRÁULICO 46 (BALDE DE 20L) ALTA PRESSÃO OU MÉDIA PRESSÃO	BALDE	24	48
19	ÓLEO 80W90GL-4 BALDE DE 20L	BALDE	2	7

Secretaria Municipal de Educação:

ITEM 1	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA
1	ÓLEO 15W 40 (BALDE DE 20L) MULTIVISCOSO OU ALTA PERFORMACE	Baldes	10	20
2	ÓLEO 10 W 40 SINTÉTICO (BALDE DE 20 L) DIESEL	Baldes	11	22
3	ÓLEO 5 W 30 SISTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L) PARA AUTOMÓVEL	Litros	30	60
4	ÓLEO 5 W 30 DIESEL SINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L)	Litros	40	80
5	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO PARA ÓLEO DIESEL ARLA 32-NOX (BALDE 20 L)	Balde	10	20

Secretaria Municipal de Obras do Interior:

Item	Descrição/Produto	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	ÓLEO 15W 40 (BALDE DE 20L) MULTIVISCOSO OU ALTA PERFORMACE	BALDE	10	20
2	ÓLEO HIDRÁULICO 68 (BALDE DE 20L) ALTA PRESSÃO OU MÉDIA PRESSÃO	BALDE	20	40
3	ÓLEO 15W40 (BALDE DE 20L) T5 OU EXTRA TURBO	BALDE	18	36
4	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 90 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	13	26
5	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 140 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	12	24
6	GRAXA ALTA TEMPERATURA (BALDE DE 20 L) NA COR AMARELA	BALDE	5	10
7	ÓLEO W 10 (BALDE DE 20 L) PARA ALTA TEMPERATURA	BALDE	8	16
8	ÓLEO 10 W 40 SINTÉTICO (BALDE DE 20 L) DIESEL	BALDE	2	4
9	ÓLEO 15 W 40 SEMISSINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L) GASOLINA	LITRO	13	26
10	ÓLEO 90 (BALDE DE 20 L) GL5	BALDE	5	10
11	ÓLEO 85 W 140 (BALDE DE 20 L) ALTA TEMPERATURA	BALDE	15	30
12	ÓLEO 85 W 140 (EMBALAGEM DE 1 L) ALTA TEMPERATURA	LITRO	20	40
13	ÓLEO 10 W 30 (BALDE 20 L) PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO, HIDRÁULICO	BALDE	15	30
14	ÓLEO 20 W 30 (BALDE DE 20 L) PARA SISTEMA DE	BALDE	11	22

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	TRANSMISSÃO, HIDRÁULICA			
17	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO PARA ÓLEO DIESEL ARLA 32-NOX (BALDE 20 L)	BALDE	13	26
18	SAE 20W 40 (EMBALAGEM DE 1 L)	LITRO	20	40
19	ATF (BALDE DE 20L)	BALDE	7	14
20	ÓLEO HIDRÁULICO 46 (BALDE DE 20L) ALTA PRESSÃO OU MÉDIA PRESSÃO	BALDE	8	16

Secretaria Municipal de Obras Urbanas:

Item	Descrição/Produto	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	ÓLEO 15W 40 (BALDE DE 20L) MULTIVISCOZO OU ALTA PERFORMANCE	BALDE	2	4
3	ÓLEO 15W40 (BALDE DE 20L) T5 OU EXTRA TURBO	BALDE	7	14
4	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 90 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	2	4
5	ÓLEO CAIXA DIFERENCIAL – 140 (BALDE DE 20L) GL5	BALDE	2	4
7	ÓLEO W 10 (BALDE DE 20 L) PARA ALTA TEMPERATURA	BALDE	2	5
9	ÓLEO 15 W 40 SEMISSINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1 L) GASOLINA	LITRO	12	24
12	ÓLEO 85 W 140 (EMBALAGEM DE 1 L) ALTA TEMPERATURA	LITRO	5	10
14	ÓLEO 20 W 30 (BALDE DE 20 L) PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO, HIDRÁULICA	BALDE	2	4

Secretaria Municipal de Saúde:

ITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	ÓLEO 5W30 SINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1LITRO) PARA AUTOMÓVEL	LITRO	70	140
2	ÓLEO 5W30 DIESEL SINTÉTICO (EMBALAGEM DE 1LITRO)	LITRO	60	120

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Alto Alegre/RS, como se vê dos itens 3052, 3053, 3054, 3055, 3056, 3057, 3058, 3059, 3060, 3061, 3062, 3063, 3064, 3065, 3066, 3067, 3068, 3069, 3070, 3071 daquele documento, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação dos referidos objetos tem natureza de *bem comum*, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XLI da Lei Federal nº 14.133/2021 e será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, com fins de registro de preço nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, XLV, art. 17, § 2º, e art. 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência inicia-se a partir da assinatura do contrato com duração de 12 meses podendo ser prorrogado por igual período. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/21.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

3.3. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme a solicitação e necessidade da administração municipal (através das Secretarias), sendo que para aqueles produtos que forem abertos e houver sobra de materiais nos frascos, os mesmos serão levados de volta para Secretaria Municipal, aonde está lotado veículo ou máquina, deve a licitante interessada em participar do certame, caso vencedora, **obrigar-se a fornecer os produtos e entregar os mesmos**, nos locais abaixo elencados, **individualmente, conforme solicitação de cada Secretaria separadamente, sem custos adicionais para o Município.**

Secretaria Municipal de Administração- Rua Recreio nº233

Secretaria Municipal de Assistência Social- Rua Mario Abrelino Pagnussatt 707

Secretaria Municipal de Agricultura- Rua Duque de Caxias

Secretaria Municipal de Educação-Rua Recreio nº233

Secretaria Municipal de Obras do Interior- Rua Recreio

Secretaria Municipal de Obras Urbanas- Rua Recreio

Secretaria Municipal de Saúde-Avenida Duque de Caxias nº386

3.4. Somente serão aceitos óleos lubrificantes e outros, de fabricação nacional ou importada, sendo que os mesmos tenham registro na ANP (Agência Nacional do Petróleo) conforme prevê a resolução ANP nº804/2019.

3.5. Os óleos lubrificantes e outros deverão ser originais, de primeira linha e de primeiro uso, não remanufaturados e/ou reconstituídos e não sendo aceitos de segunda linha.

3.6. As marcas/modelos ofertados não poderão CONSTAR RESTRIÇÕES nas publicações dos últimos 12 meses do Boletim de Monitoramento de Lubrificantes da ANP (Agência Nacional do Petróleo), sob pena de desclassificação do licitante em relação ao item em que conste restrição.

3.7. A aquisição de óleo lubrificante será feita mediante solicitação do SECRETÁRIO responsável pelo veículo e/ou máquina ou do setor de compras.

3.8.DAS OBRIGAÇÕES:

3.8.1 A contratada se obriga a:

I- Entregar os materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas neste ETP, com a observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e Legislação pertinente.

II- Substituir os produtos fornecidos nos quais se verifiquem inconformidades, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação que lhe será entregue;

III- Cumprir fielmente as obrigações definidas neste ETP, de forma que o objeto deverá ser entregue de acordo com as exigências nela contidas;

IV- Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;

V- Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

VI- Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no ato convocatório;

VII- Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte (frete), embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

VIII- Comunicar ao Município, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis quando há impossibilidade de entrega de material que impossibilitem o seu cumprimento;

IX- O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

3.8.2. O município obriga-se a:

I- Acompanhar a entrega do objeto;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

- II- Comunicar ao Fornecedor toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição dos produtos, como por exemplo a quantidade a ser entregue;
 - III- Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;
 - IV- Verificar a regularidade da situação fiscal do Fornecedor e dos recolhimentos sociais, trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar cada pagamento devido;
 - V- Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pelo Fornecedor e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta
- os fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o material que o Fornecedor entregar fora das especificações deste ETP;
- VI- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;
 - VII- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor;
 - VIII- Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitação exigidas;
 - IX- Permitir o livre acesso do pessoal do Fornecedor ao local de entrega do objeto;
 - X- Notificar por escrito ao Fornecedor, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção;
 - XI- Aplicar a contratada as sanções cabíveis;

3.9. Sanções Administrativas:

3.9.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o referido processo ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.7.

deste ETP, as seguintes sanções:

- a) Advertência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3.9.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 3.7.1. do presente ETP poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

3.9.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

3.9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

3.9.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.7 deste ETP não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3.9.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.7, alínea “b”, do presente ETP, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

3.9.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 3.7. do presente ETP, o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3.9.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

3.9.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

3.9.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

3.10. Habilitação Jurídica:

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o contratado for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o contratado for pessoa jurídica;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.11-Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a)** Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b)** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.12-Habilitação Econômico-Financeira:

- a)** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento;
- b)** Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
- c)** Para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

Ativo Circulante

LIQUIDEZ CORRENTE: ----- = índice mínimo: (1)

Passivo Circulante

Ativo Circulante + Ativo Não Circulante

LIQUIDEZ GERAL: = índice mínimo: (1) Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ----- = índice máximo: (1)

Ativo Total

3.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Declaração que os óleos lubrificantes e outros deverão ser originais, de primeira linha e de primeiro uso, não remanufaturados e/ou reconstituídos e não sendo aceitos de segunda linha;
- b) Atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já forneceu materiais compatíveis com o objeto desta licitação.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ **382.233,10**.

4.2. Os valores para aquisição dos produtos foram obtidos por do Banco de Preços, e efetuadas com base nos Decretos Municipais números 3.589/2023 e 3.588/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, em geral e para contratação no âmbito do Município de Alto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

5.1. Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa para futuros e parcelados aquisição/serviço de óleo lubrificantes para atender as demandas das secretarias Municipais.

5.2. Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa de valores através do banco de preços e efetuadas com base no Decreto Municipal nº 3.588/2023 que “Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

preços para aquisição de bens, no âmbito do Município de Alto Alegre/RS” e no Decreto Municipal nº 3.589/2023 “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Alto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

5.3. Neste sentido, segue os potenciais fornecedores dos materiais serviços: **DIOVANI DE MELLO TADIELLO; MAF VILAS BOAS SERVIÇOS & CIA LTDA.; ERNI ANGELO MAINARDI; WILTON MAICO MENEGASSO; ANDRE TIAGO BUSSE; J FETTER – LAVAGEM E ISAQUE GAMBA DEBOVI.**

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DAS QUANTIDADES

6.1. As quantidades foram estimadas considerando as necessidades das secretarias e de acordo com as últimas contratações realizadas, considerando também que houve um aumento em função da aquisição de novas máquinas e veículos .

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta é a contratação de empresa para aquisição de óleo lubrificantes para atender demanda das secretarias solicitantes de Alto Alegre/RS.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Nos termos do Art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente licitação atenderá ao princípio do parcelamento, visto que é tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a administração. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo Art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

8.2. Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

9.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

9.3. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

10.2. A fiscalização da execução do objeto, será exercida pelas Secretarias Municipais mencionadas, conforme nomeação da Portaria nº 11.910/2025.

10.2.1. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a)** Elaboração de minuta do edital;
- b)** Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c)** Designação em portaria de Pregoeiro, Equipe de Apoio, Agente de Contratação (conforme o caso);
- d)** Elaboração de minuta do contrato;
- e)** Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f)** Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g)** Publicação e divulgação do edital e anexos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

- h) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) Realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) Realização de empenho; e
- k) Assinatura e publicação do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

11.2. Os bens que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

12.1. IMPACTO AMBIENTAL:

O descarte incorreto de óleo lubrificante usado ou contaminado tem um impacto ambiental significativo, contaminando o solo podendo torná-lo infértil, pode contaminar lençóis freáticos e cursos d'água. Apenas um litro de óleo contaminado pode fazer com que 1 milhão de litros de água se tornem impróprios para o consumo. Além disso, a combustão de óleos lubrificantes usados gera gases residuais nocivos ao meio ambiente.

12.2. AÇÕES MITIGADORAS:

A Resolução CONAMA nº 362 de 23/06/2005 dispõe sobre as regras de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado. O estabelecimento onde será feita a troca desse produto deve estar licenciado e trabalhando de acordo com as normas e legislação vigente. Tendo em vista que o produtor, o importador e o revendedor de óleo lubrificante acabado, bem como o gerador de óleo lubrificante usado, são responsáveis pelo recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Administração/Gabinete/Fazenda:

Projeto/atividade: 2200- Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento: 3390.30.00.00.00.00- material de consumo

Projeto/atividade: 2101- Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento: 3390.30.00.00.00.00- material de consumo

Projeto/atividade: 2300- Manutenção do departamento contábil e financeiro

Elemento: 3390.30.00.00.00.00- material de consumo

Secretaria Municipal de Agricultura:

Projeto/atividade: 2702

Elemento: 3390.30.00.00.00.00

Projeto/atividade: 2708

Elemento: 3390.30.00.00.00.00

Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Projeto/atividade: 2403.0020

Elemento: 3390.30.01.00.00.00

Projeto/atividade: 2403.1025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

Elemento: 3390.30.01.00.00.00

Projeto/atividade: 2403.1118

Elemento: 3390.30.01.00.00.00

Projeto/atividade: 2403.1119

Elemento: 3390.30.01.00.00.00

Projeto/atividade: 2403.1120

Elemento: 3390.30.01.00.00.00

Secretaria Municipal de Obras no Interior:

Projeto/atividade: 2003

Elemento: 3390.30.00.00.00.00

Projeto/atividade: 2001

Elemento: 3390.30.00.00.00.00

Secretaria de Assistência social:

Projeto/atividade: 2215 IGDB

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1123

Secretaria da saúde:

Projeto/atividade: 2501 Transporte na Saúde

Elemento: 3390.30.01.00.00.00 COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTE AUTOMOTIVOS

RV: 40, 4500, 4090, 4011

Secretaria Municipal de Obras Urbanas:

Projeto/atividade: 2900

Elemento: 3390.30.00.00.00.00

Projeto/atividade: 2905

Elemento: 3390.30.00.00.00.00

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Alto Alegre/RS, 26 de maio de 2025.

Selmiro Luiz Demaman
Secretário Municipal de Obras do Interior

Jocilmar Barbosa
Secretário Municipal de Obras Urbanas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

Maiqueli Schavetock Florencio
Secretaria Municipal de Assistência social

Karina Kintschner Lui
Secretária Municipal da Administração

Tharles Muskopf
Secretário Municipal da Agricultura

Sandra Provensi Corazza
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Daltro Cardoso
Secretário Municipal de Saúde

Cassiano Demaman
Secretário Municipal da fazenda